



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

Aos vinte dias do mês de setembro de 2023, pelas 11 horas e 9 minutos, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 63, de 13 de setembro de 2023;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Discussão e votação do relatório do [Projeto de Lei n.º 851/XV/1.ª \(IL\)](#) - Não discriminar os trabalhadores independentes face aos dependentes, na consideração dos rendimentos dos jovens estudantes-trabalhadores;**

Relator: Deputado Alexandre Poço (PSD)

4. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição, separadamente, da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), da Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular (ACPEEP) e da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), sobre a implementação do programa Creche Feliz;**
5. **Outros assuntos.**

Aberta a [reunião](#), a Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou as Senhoras e os Senhores Deputados, entrando-se de seguida na apreciação da Ordem do Dia, nos seguintes termos:

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 63, de 13 de setembro de 2023;

A ata identificada em epígrafe foi aprovada por unanimidade, na ausência dos Grupos Parlamentares do CH, da IL, do PCP e do BE.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

No presente ponto, foram anunciadas as iniciativas que baixaram à Comissão e, nos casos aplicáveis, distribuídas, conforme tabelas *infra*:

PROJETOS DE LEI

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

N.º (AUTOR)	ASSUNTO	Designação de Deputado Relator
PJL n.º 876/XV/1.ª (IL)	Pela liberdade de escolha da creche (Agendado para a sessão plenária do dia 28.09.2023)	Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS)
PJL n.º 877/XV/1.ª (IL)	Inclui crianças com ambos os pais a desenvolverem atividade profissional nos critérios de acesso às creches gratuitas (Agendado para a sessão plenária do dia 28.09.2023)	Deputado Hugo Maravilha (PSD)
PJL n.º 882/XV/1.ª (PAN)	Cria um apoio extraordinário para a frequência de creches ou amas, destinado às crianças que não tenham tido acesso a vaga abrangida pela gratuitidade no setor social e solidário ou nas creches licenciadas da rede privada lucrativa (Agendado para a sessão plenária do dia 28.09.2023)	Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS)

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º (AUTOR)	ASSUNTO	Indicação de discussão em Comissão ou em Plenário
PJR n.º 882/XV/1.ª (PCP)	Aumento do salário mínimo nacional	Discussão em plenário

3. Discussão e votação do relatório do [Projeto de Lei n.º 851/XV/1.ª \(IL\)](#) - Não discriminar os trabalhadores independentes face aos dependentes, na consideração dos rendimentos dos jovens estudantes-trabalhadores;

O Senhor Deputado Alexandre Poço (PSD) apresentou o seu [relatório](#) sobre o Projeto de Lei acima indicado, referindo, de forma abreviada, os principais aspetos relativos à admissão da iniciativa e expondo, em linhas gerais, o objeto da mesma. Deu nota do agendamento em Plenário – para o dia 29 de setembro – da discussão na generalidade do projeto de lei em apreço, remetendo para esse momento a emissão de opinião na qualidade de relator. Concluiu afirmando que se encontravam reunidas as condições necessárias à apreciação da iniciativa pelo Plenário. A Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) felicitou o relator pela elaboração do relatório, que, colocado à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do CH, da IL, do PCP e do BE.

4. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição, separadamente, da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), da Associação de Creches e



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular (ACPEEP) e da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), sobre a implementação do programa Creche Feliz;

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) apresentou o [requerimento](#), da iniciativa do respetivo grupo parlamentar, começando por fazer referência a diversos relatos de pais e de instituições sobre a aplicação do programa «Creche Feliz», em que estes se queixavam da ausência de correspondência entre o programa e expectativas que foram criadas. Salientou que as audições propostas seriam uma forma de tentar encontrar melhores soluções para as famílias e para as crianças, acrescentando que a situação atual, de insuficiência de vagas, estava a obrigar alguns pais a equacionar renunciar à sua atividade laboral para cuidar dos filhos. A Senhora Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS) anunciou que, apesar de não concordar com os fundamentos do requerimento, o Grupo Parlamentar do PS não ia opor-se à realização das audições propostas. Sublinhou, depois, que o programa «Creche Feliz» estava a ser implementado de forma faseada, ao mesmo tempo que a procura tinha aumentado, o que, por um lado, demonstrava a importância da medida e, por outro, causava alguns constrangimentos na sua aplicação. No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do CH, da IL, do PCP e do BE.

5. Outros assuntos.

- Audição conjunta dos Secretários de Estado do Trabalho e da Economia, a requerimento do GP do BE, sobre a situação dos trabalhadores da AutoEuropa (dia 4.10 / 9h30): definição da grelha de tempos;

A Senhora Presidente colocou à consideração da Comissão duas grelhas de tempo, previamente adotadas em audições conjuntas anteriores, contudo, por sugestão dos Grupos Parlamentares do PS e do PSD, a decisão sobre a grelha de tempo a adotar foi remetida para momento posterior, após pronúncia do grupo parlamentar proponente: o GP do BE.

Ainda no ponto dedicado a outros assuntos, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) recordou que se encontrava pendente o processo legislativo relativo às seguintes iniciativas:

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

- [Projetos de Lei n.º 742/XV/1.ª \(BE\)](#) - Garante o pagamento por vale de postal do apoio extraordinário às famílias mais vulneráveis e a sua impenhorabilidade;

- [Projeto de Lei n.º 793/XV/1.ª \(PCP\)](#) - Alarga as formas de pagamento do Apoio Extraordinário às Famílias mais vulneráveis, alterando o Decreto-lei n.º 21-A/2023, de 28 de março;

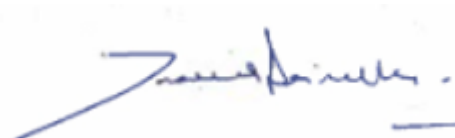
- [Projeto de Lei n.º 802/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Garante o acesso a apoios sociais a pessoas sem conta bancária à ordem, alterando o Decreto-Lei n.º 21-A/2023, de 28 de março.

Relembrou, depois, que para a preparação da discussão e votação na especialidade destas iniciativas foi constituído o [Grupo de Trabalho — Forma de Pagamento do Apoio Extraordinário](#), cujos trabalhos estavam pendentes da realização de uma audição, a audição da Senhora Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. (IGFSS, I.P), Dra. Teresa Fernandes. A Senhora Deputada reportou as dificuldades em proceder ao agendamento da referida audição, apelando a que se fizesse uma insistência junto do gabinete responsável, reforçando a urgência em avançar com o processo legislativo. O Senhor Deputado Gilberto Anjos (PS), enquanto coordenador do grupo de trabalho, associou-se à intervenção da Deputada Clara Marques Mendes (PSD) e informou que já tinha pedido aos Serviços da Comissão para diligenciar o contacto de insistência.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 11 horas e 26 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de setembro de 2023.

A PRESIDENTE



(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Catarina Lobo (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Helga Correia (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Carla Castro (IL)
Francisco César (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Gabriela Fonseca (PSD)
Alexandre Poço (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Sérgio Monte (PS)
Hugo Maravilha (PSD)
Alfredo Maia (PCP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emília Cerqueira (PSD)
Pedro Roque (PSD)
José Moura Soeiro (BE)
Joana Sá Pereira (PS)
Olga Silvestre (PSD)
Alma Rivera (PCP)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 64/XV/ 2.ª SL